



TESOURO NACIONAL

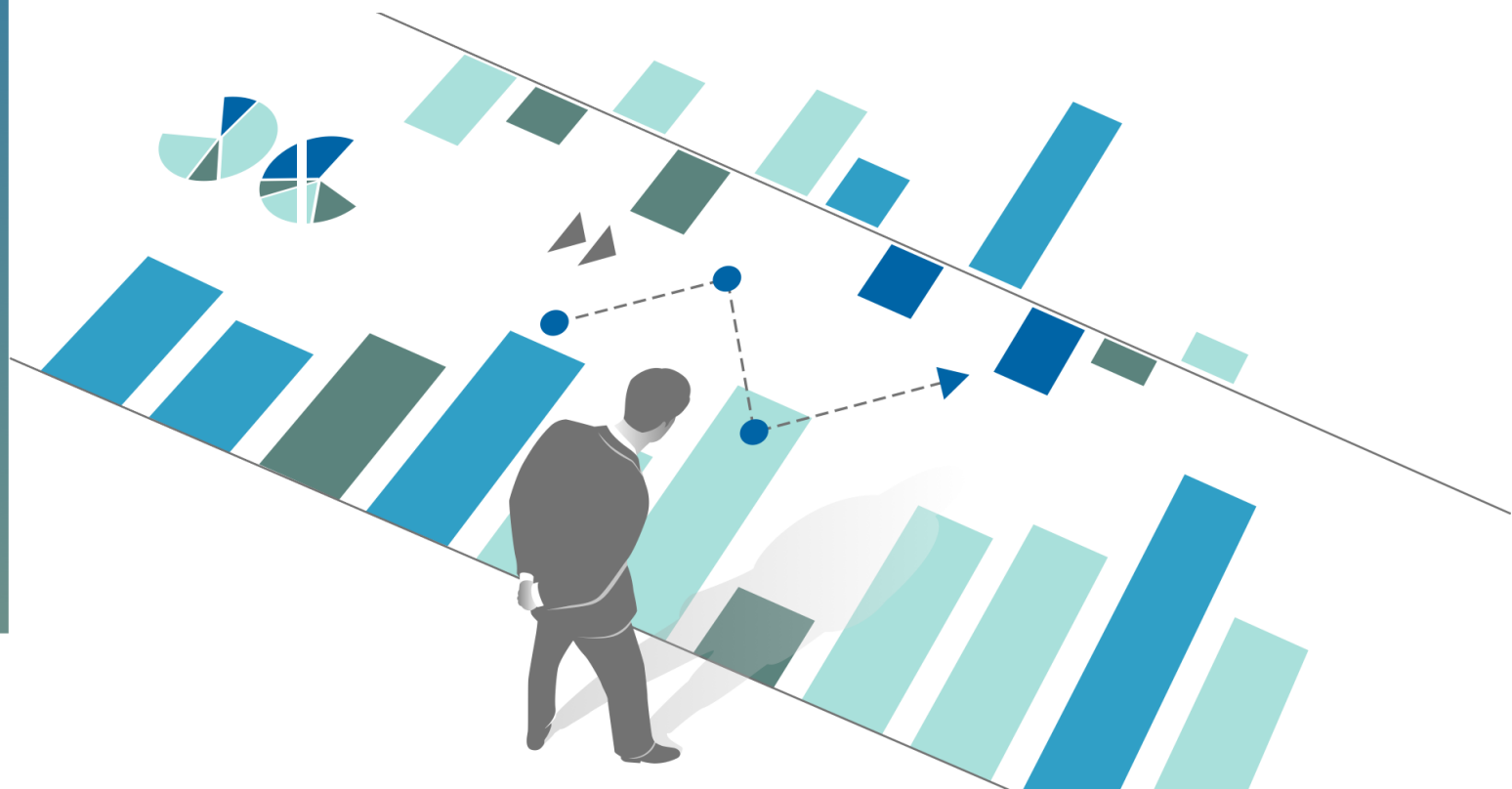
RTN
2019

outubro

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília, 28 de novembro de 2019



Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais*

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019								
Discriminação	Jan-Out		Variação (2019/2018)		Outubro		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.215.429	1.274.424	4,9%	1,1%	132.018	134.799	2,1%	-0,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	203.963	221.798	8,7%	4,8%	17.193	18.178	5,7%	3,1%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.011.466	1.052.626	4,1%	0,3%	114.825	116.620	1,6%	-0,9%
IV. DESPESA TOTAL	1.087.743	1.116.475	2,6%	-1,0%	105.316	107.947	2,5%	0,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	4.021	0	-100,0%	-100,0%	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-72.256	-63.848	-11,6%	-14,8%	9.509	8.673	-8,8%	-11,0%
Tesouro Nacional e Banco Central	96.080	116.039	20,8%	16,4%	22.730	23.308	2,5%	0,0%
Previdência Social (RGPS)	-168.336	-179.888	6,9%	3,1%	-13.221	-14.635	10,7%	8,0%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,3%	-1,1%	-	-	-	-	-	-

Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	96.940	116.495	20,2%	15,8%	23.086	23.383	1,3%	-
Resultado do Banco Central	-860	-456	-47,0%	-49,0%	-356	-75	-79,0%	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-168.336	-179.888	6,9%	3,1%	-13.221	-14.635	10,7%	10,7%

Em **outubro de 2019**, o **superávit primário** foi de **R\$ 8,7 bilhões**, frente a superávit de **R\$ 9,5 bilhões em outubro de 2018** (valores nominais).

No **acumulado** até outubro de 2019 houve **déficit primário de R\$ 63,8 bilhões**, frente a déficit de R\$ 72,3 bilhões em 2018 (valores nominais).

Em termos reais:

- Até out/19: déficit de R\$ 63,8 bilhões
- Até out/18: déficit de R\$ 75,0 bilhões

Discriminação	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
I. RECEITA TOTAL												
I.1 - Receita Administrada pela RFB	IRPJ/CSLL			IRPJ/CSLL			IRPJ/CSLL			IRPJ CSLL		
I.2 - Incentivos Fiscais												
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS												Arrec. Prev.
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	Participação Especial			Participação Especial			Participação Especial			Participação Especial		
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA												
		Repartição PE e IR			Repartição PE e IR			Repartição PE e IR			Repartição PE e IR	
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)												
IV. DESPESA TOTAL												
IV.1 Benefícios Previdenciários								Benefícios Previd.	Benefícios Previd.		Benefícios Previd.	Benefícios Previd.
IV.2 Pessoal e Encargos	Pessoal			Sentenças Judiciais e Precatórios			Pessoal				Pessoal	Pessoal
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	- Abono Salarial - Subsídios	Abono Salarial	Abono Salarial	Sentenças Judiciais e Precatórios			- Abono Salarial - Subsídios	Abono Salarial	Abono Salarial	Abono Salarial	Abono Salarial	Abono Salarial
IV.4 Despesas Discricionárias												
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL												
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL												

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de out/19 – IPCA

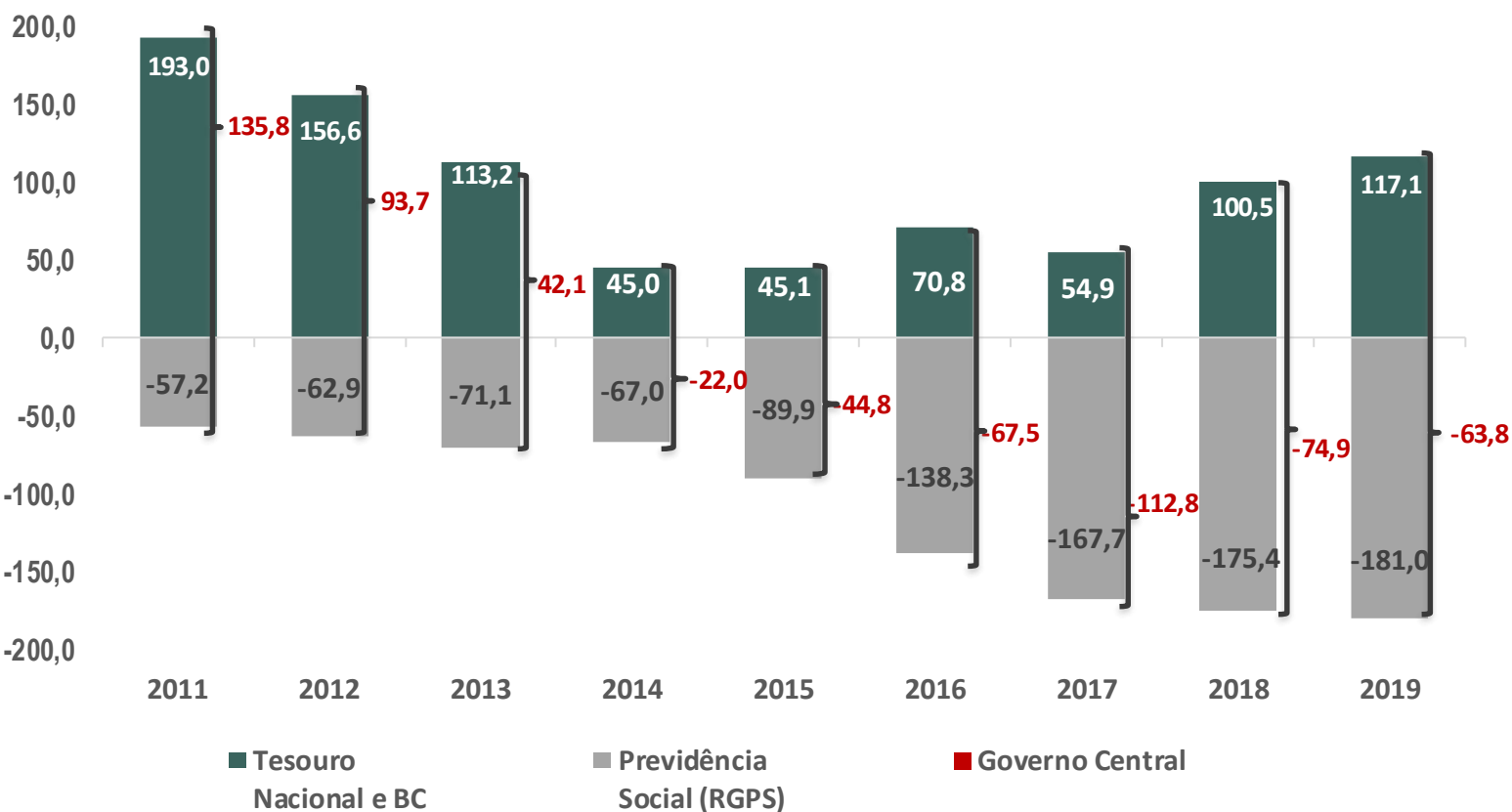


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses alcançou **déficit de R\$ 113,1 bi**, equivalente a **1,58% do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2019 é **déficit de R\$ 139,0 bi**, equivalente a **1,94% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de out/19 – IPCA*



Nos primeiros nove meses de 2019 a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 181,0 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram **superavitários em R\$ 117,1 bilhões**.

Os déficits acentuados na previdência (social e regime próprio) têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição outubro/2019

R\$ Bilhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Emendas	10,5	8,0	2,5
Ministério da Educação	23,8	22,3	1,4
Ministério da Saúde	87,0	85,9	1,2
Ministério da Cidadania	29,5	28,4	1,1
Demais	53,9	50,6	3,3
Total	204,6	195,2	9,4

Em outubro de 2019 o **empoçamento** totalizou **R\$ 9,4 bilhões (4,6% do limite de pagamento)** implicando elevação de R\$ 2,4 bi em relação ao mês anterior.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

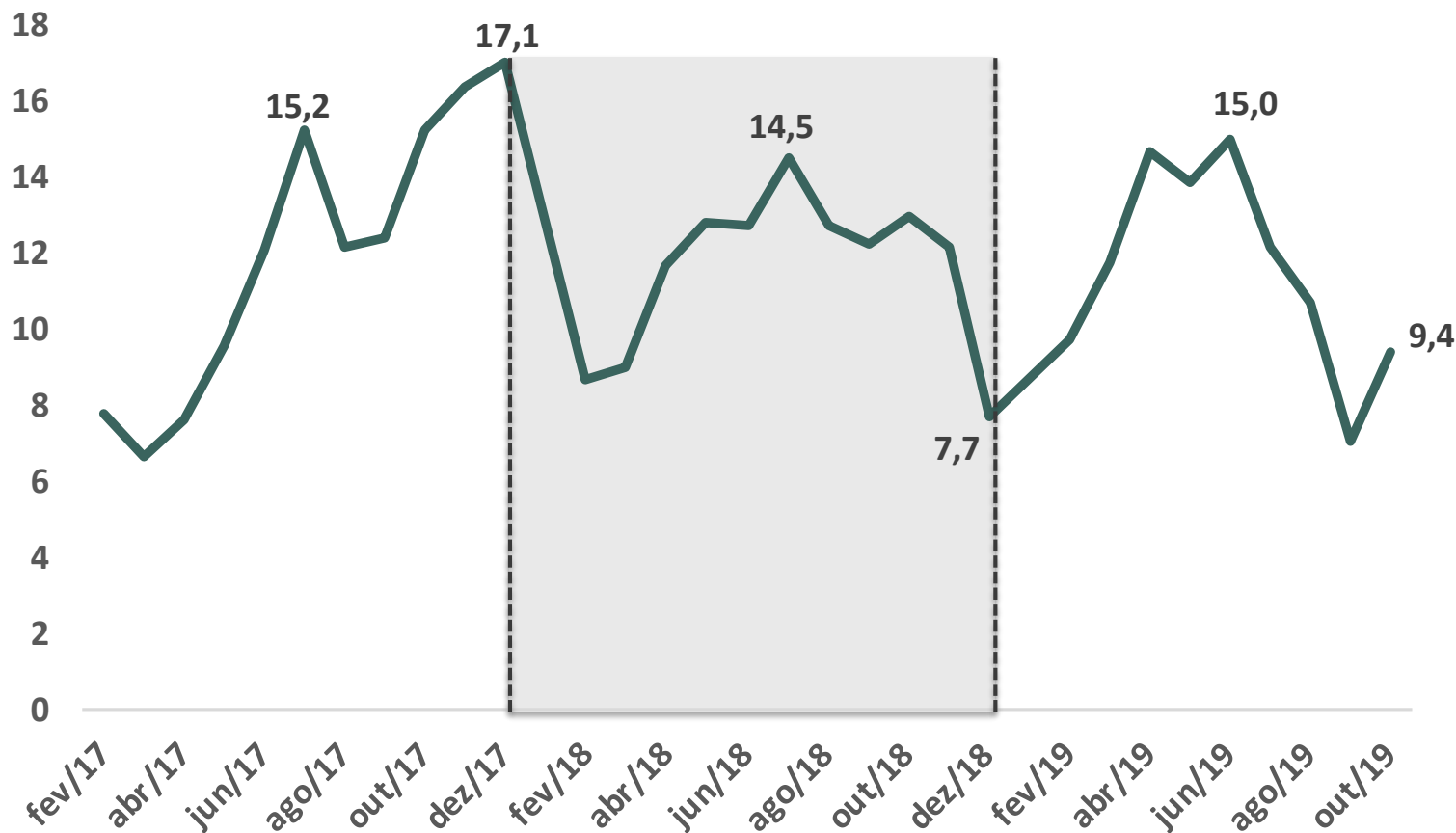
Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – 2017-2019

R\$ Bilhões – Valores Correntes



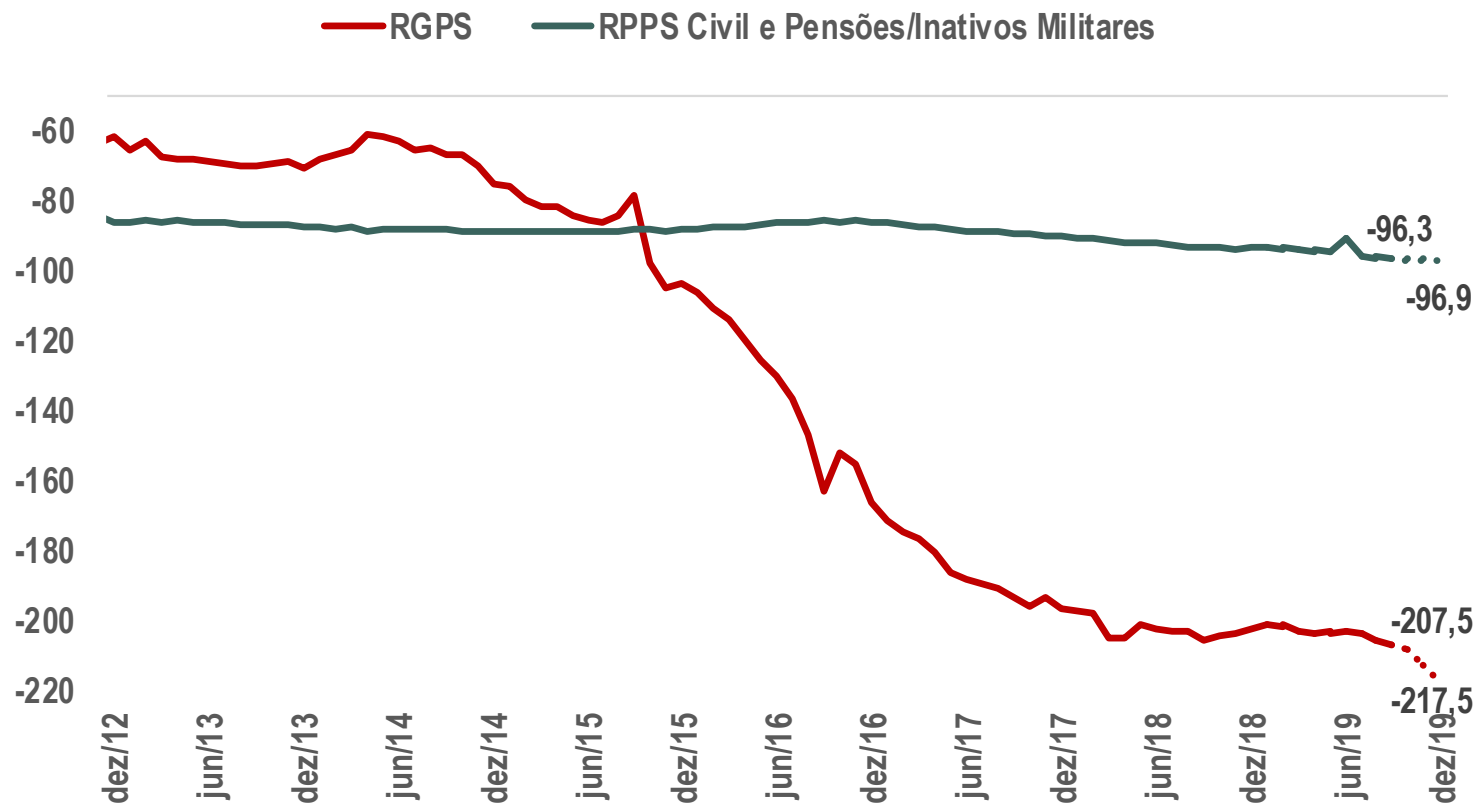
Em outubro de 2019, o **empoçamento** totalizou **R\$ 9,4 bilhões**, contra R\$ 7,1 bilhões em setembro.

O empoçamento em outubro de 2019 também foi menor que em outubro de 2018 (R\$ 13,0 bi) e de 2017 (R\$ 15,3 bi).

** Para todos os anos, não há dados para o mês de janeiro, uma vez que o primeiro decreto de programação financeira é publicado apenas no fim de janeiro.*

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2012/2019 – R\$ Bilhões – A preços de out/19 - IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 305,4 bilhões** no Governo Central no acumulado em 12 meses até outubro de 2019, a preços de out/2019 – IPCA.

Projeta-se que, ao final de 2019, o déficit será de **R\$ 314,4 bilhões**, equivalente a **4,4% do PIB**.

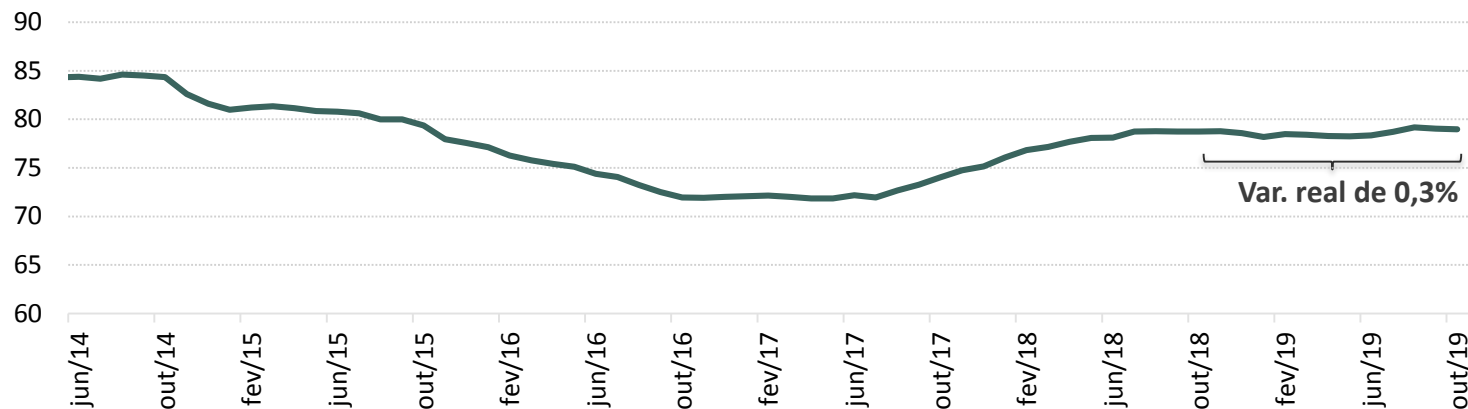
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel 12 meses – R\$ Bilhões – A preços de out/19 - IPCA

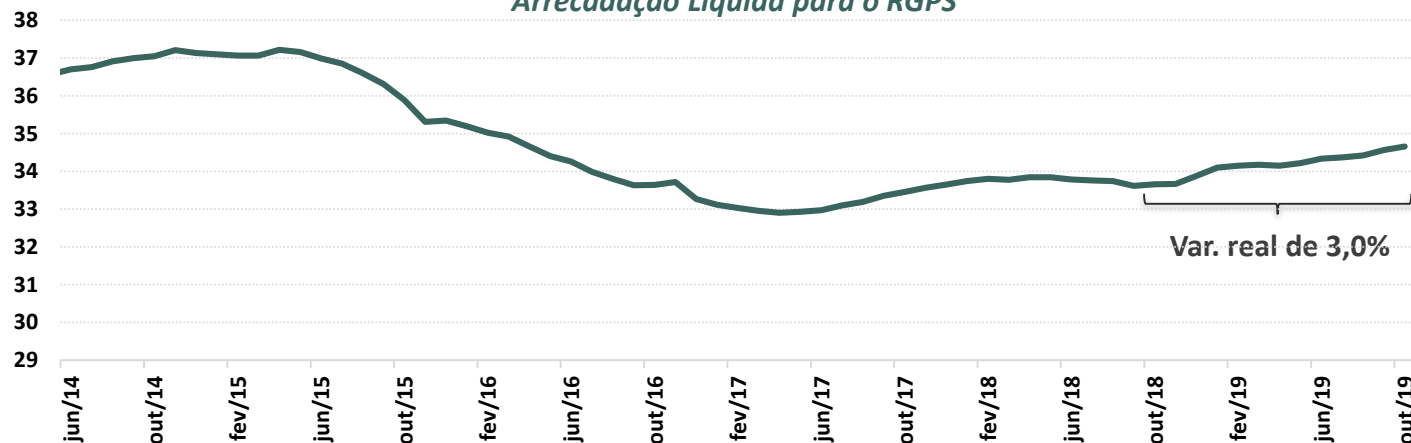
Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



Var. real de 0,3%

A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou **crescimento real de 0,3%** em relação a outubro de 2018, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS** subiu **3,0%** para o mesmo período.

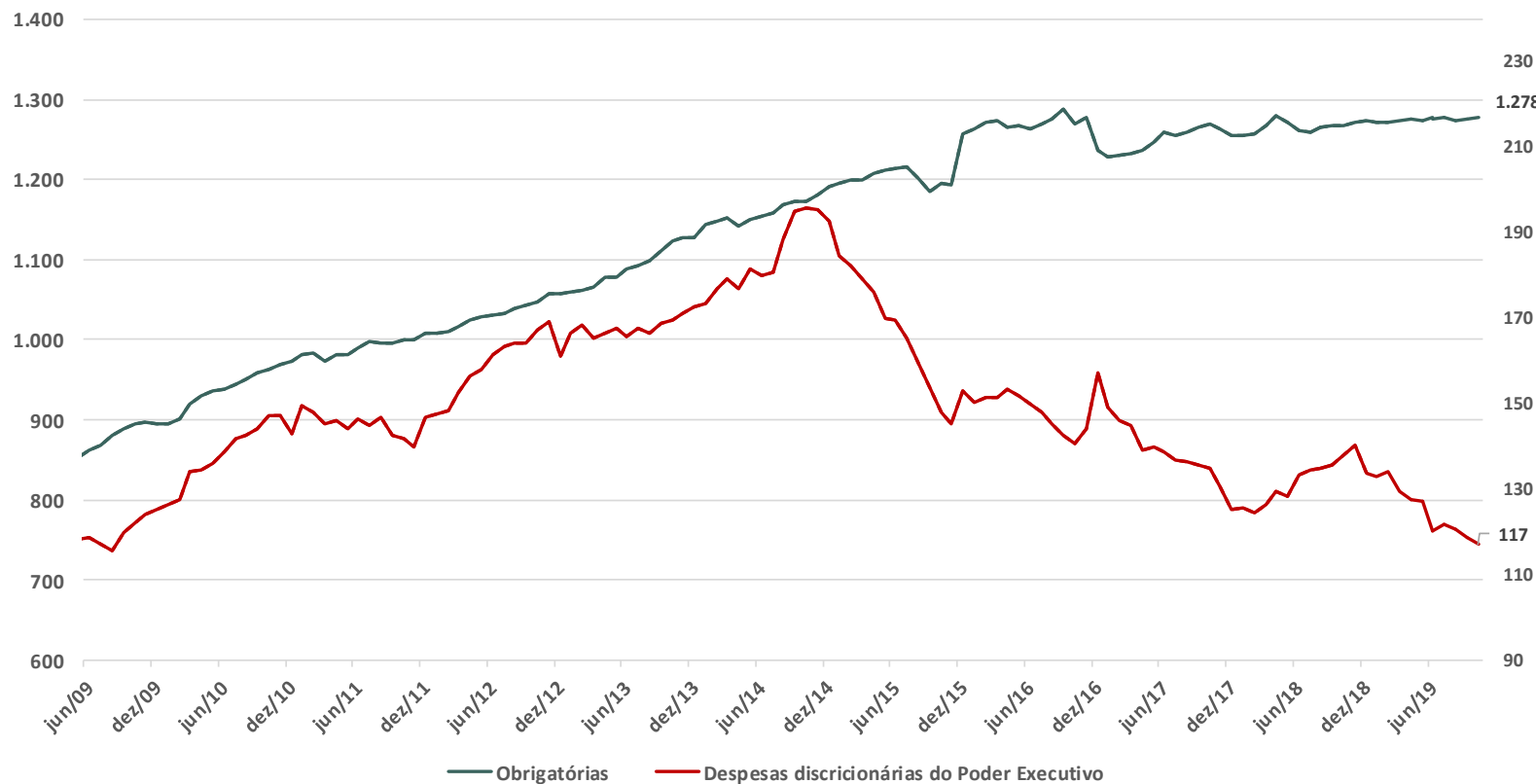
Arrecadação Líquida para o RGPS



Var. real de 3,0%

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses
Brasil - 2009 a 2019: R\$ Bilhões – A preços de out/19 - IPCA*

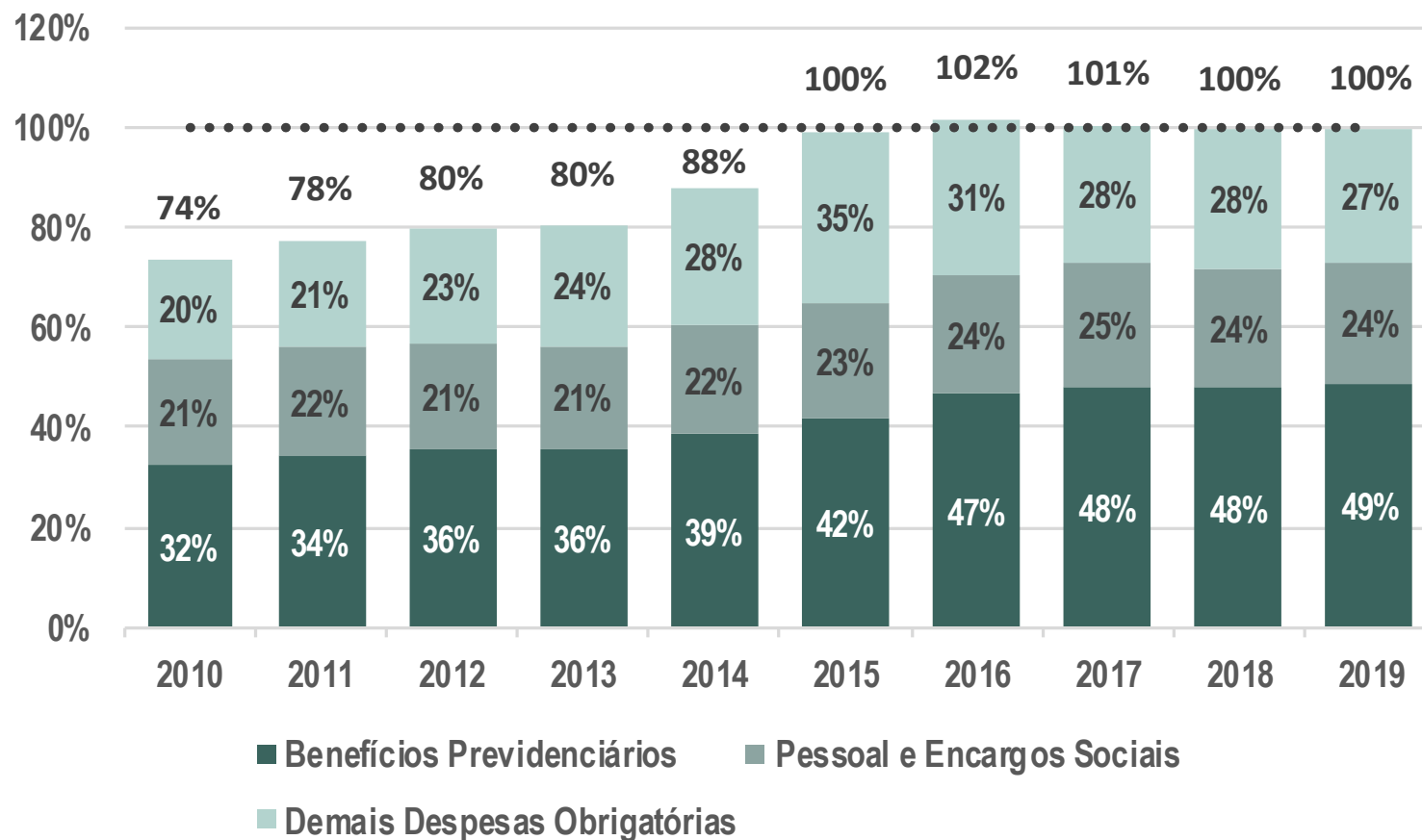


As despesas discricionárias atingiram R\$ 117,0 bilhões no período de 12 meses encerrado em outubro de 2019, o mesmo nível de julho de 2009, em termos reais. Essas despesas são pressionadas pelo crescimento persistente das obrigatórias.

* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em outubro de 2010;

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias como proporção da Receita Líquida – Brasil
2010 a 2018: Anual; 2019: Acumulado em 12 meses até outubro*



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

Para retornar ao patamar de 2010 seria necessário uma redução das despesas obrigatórias de R\$ 328,5 bilhões (4,7% do PIB) ou uma elevação da receita líquida de R\$ 445,2 bilhões (6,3% do PIB).

O desafio do controle da despesa do governo central nos próximos anos dependerá da dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, em especial, gastos com previdência e despesas com pessoal.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

No acumulado no ano de 2019 a despesa total diminuiu em termos reais (-1,0%). As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários (+R\$ 14,7 bilhões)
- Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 2,6 bilhões)
- BPC da LOAS/RMV (+R\$ 1,2 bilhão)
- Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (- R\$ 3,4 bilhões)
- Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (-R\$ 1,7 bilhão)
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 3,8 bilhões)
- Discricionárias (-R\$ 16,7 bilhões)

Brasil – Anual – 2018/2019– A preços de out/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

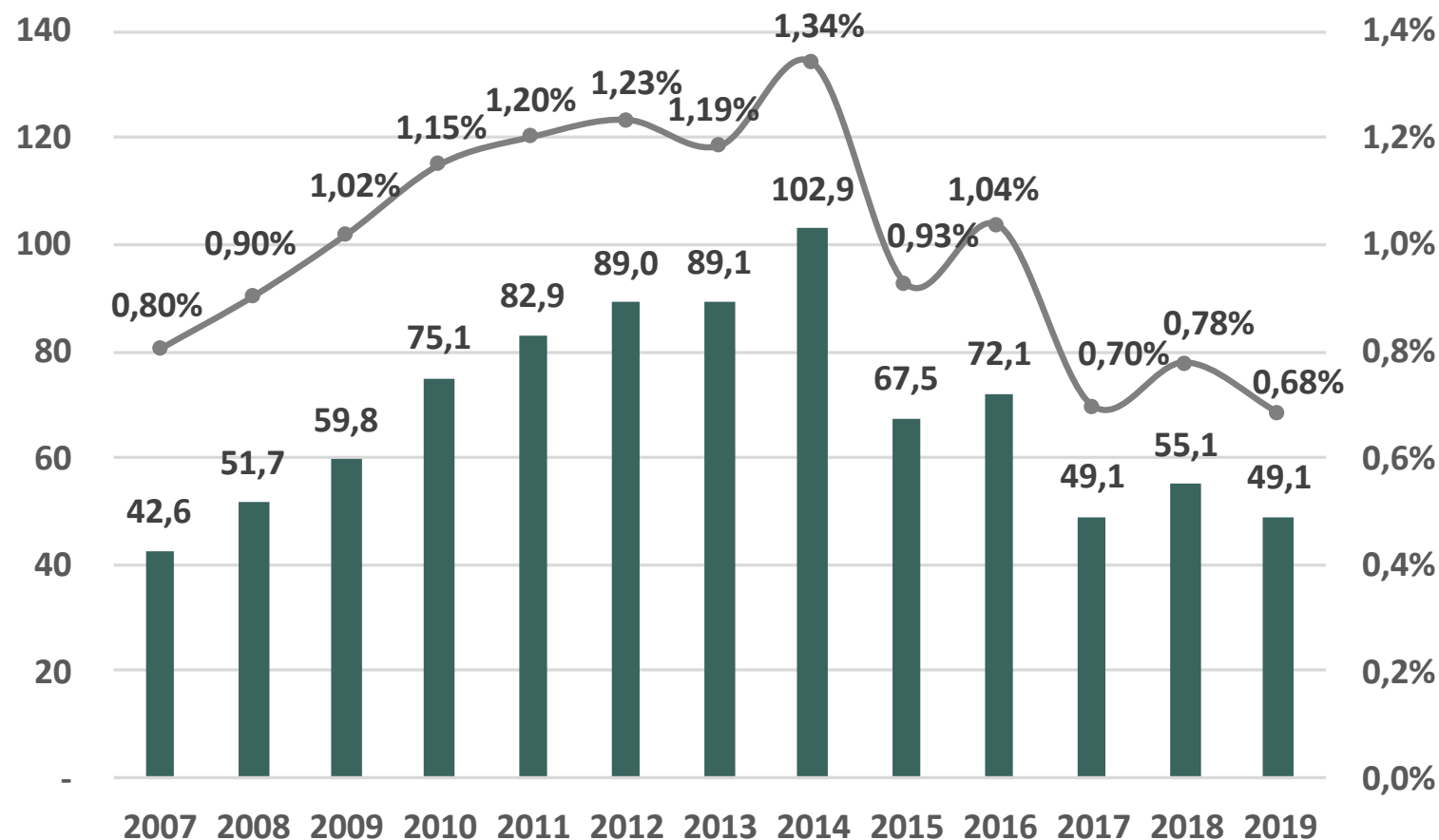
Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	1.135.622,3	1.123.791,0	-11.831,3	-1,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	494.825,4	509.512,8	14.687,3	3,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	390.268,0	403.631,3	13.363,3	3,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	104.557,4	105.881,4	1.324,0	1,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	250.058,2	252.689,0	2.630,9	1,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	175.848,2	165.394,6	-10.453,6	-5,9%
Abono e Seguro Desemprego	47.455,5	46.893,1	-562,5	-1,2%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	48.754,4	49.942,7	1.188,3	2,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.412,8	4.674,7	261,9	5,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.214,5	3.085,7	871,2	39,3%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	12.273,2	8.881,7	-3.391,5	-27,6%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	12.449,7	13.009,1	559,5	4,5%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	10.632,4	8.897,2	-1.735,2	-16,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	14.253,8	15.001,6	747,8	5,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	13.952,8	10.200,5	-3.752,3	-26,9%
Impacto Primário do FIES	2.236,7	1.161,1	-1.075,6	-48,1%
Demais	7.212,4	3.647,2	-3.565,2	-49,4%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	214.890,5	196.194,6	-18.695,9	-8,7%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	116.537,4	114.546,9	-1.990,4	-1,7%
Discricionárias	98.353,1	81.647,6	-16.705,5	-17,0%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	230.159,5	204.610,4	-25.549,1	-11,1%
Outras Despesas de Custeio	193.062,5	173.561,6	-19.500,9	-10,1%
Outras Despesas de Capital	37.097,0	31.048,7	-6.048,3	-16,3%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Despesas do Governo Central

Investimentos

Despesas de Investimento como % do PIB e a preços de outubro/2019 IPCA - R\$ Bilhões
2007-2018: Anual; 2019: Acumulado em 12 meses até outubro



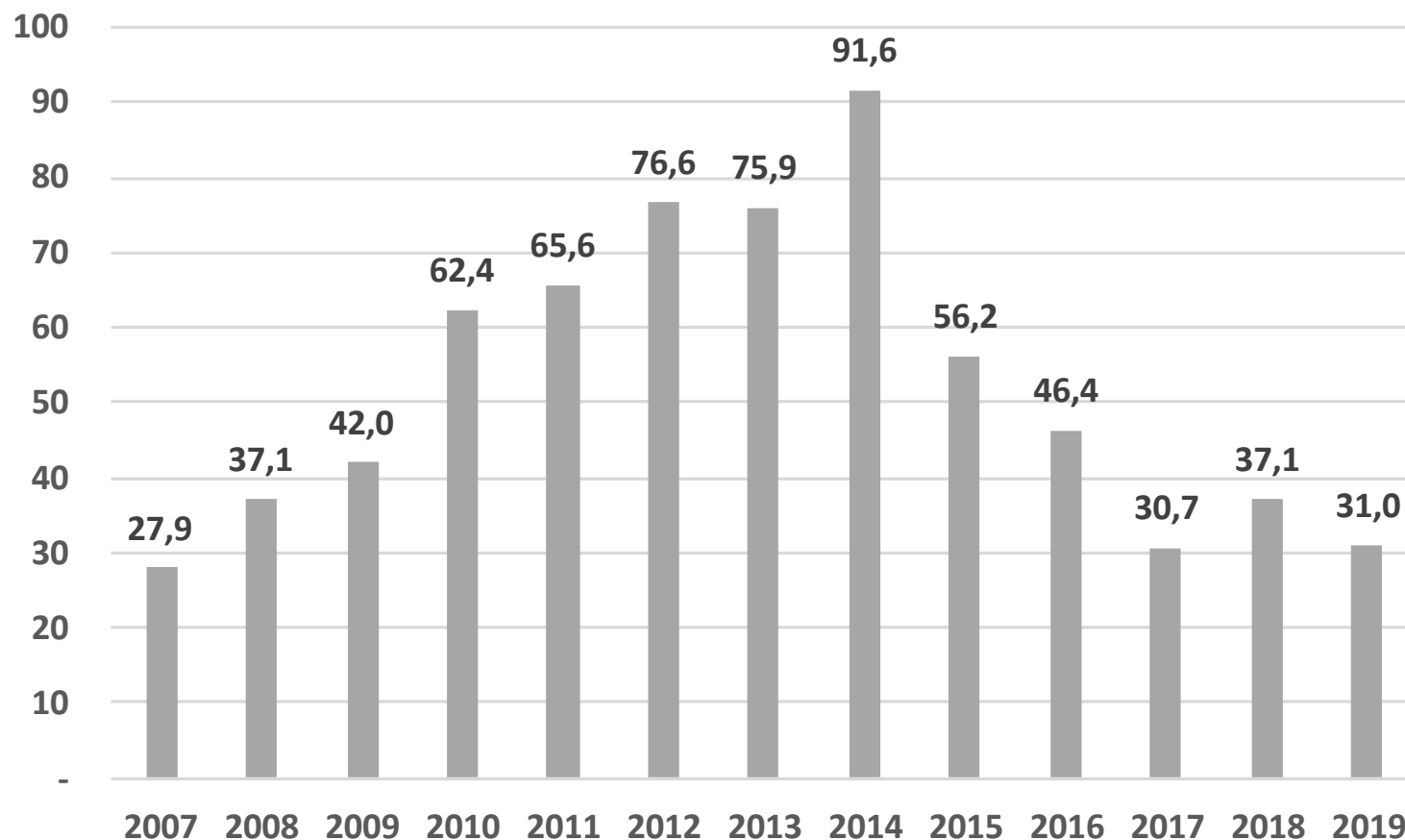
No acumulado em 12 meses até outubro de 2019, os **investimentos totalizaram R\$ 49,1 bilhões**. Em percentual do PIB, o nível de investimento está **inferior ao patamar do ano de 2007**.

A valores de outubro/19, o investimento acumulado em 12 meses foi **menor do que a metade do investimento de 2014**, topo da série histórica.

Despesas do Governo Central

Investimentos

Despesas de Investimento a preços de outubro/2019 IPCA - R\$ Bilhões
2007-2019: Acumulado de janeiro a outubro



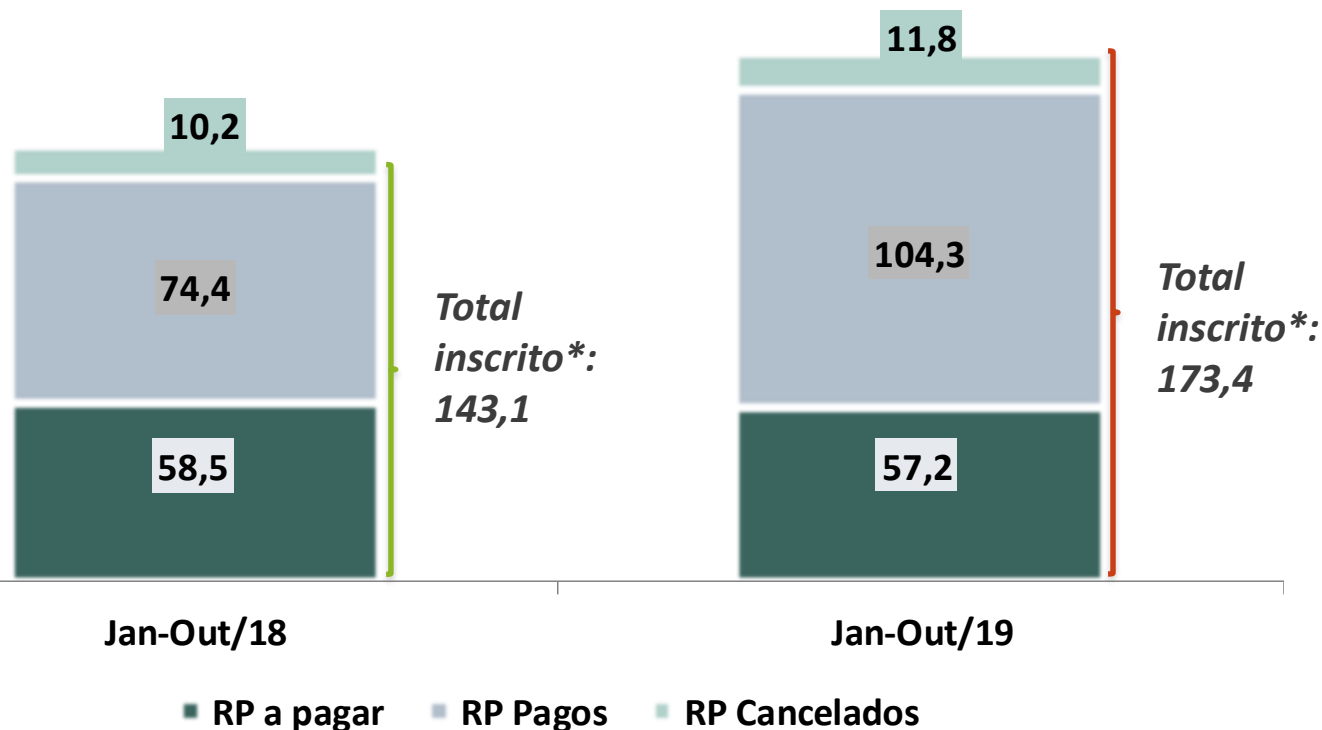
A valores de outubro/19, o **investimento acumulado nos oito primeiros meses de 2019** foi R\$ 31,0 bilhões, cerca de um terço do valor para o mesmo período de 2014, topo da série histórica.

Esses dados ilustram a importância de uma ampla **revisão das despesas obrigatórias e da rigidez orçamentária, que comprimem o investimento**. É importante também o fortalecimento das instituições de gestão do investimento público e um esforço de priorização de projetos, para adequação ao cenário fiscal.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2018/2019 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até outubro de 2019 correspondeu a **R\$ 104,3 bilhões**, contra **R\$ 74,4 bilhões** no ano anterior.

A elevação de R\$ 29,9 bi foi influenciada pela mudança na sistemática de pagamento de despesas após a emissão da ordem bancária (OB). Essa alteração elevou o estoque de RAP de 2019 em R\$ 34,0 bilhões, montante que foi pago em janeiro.

O estoque atual de RAP a pagar totaliza R\$ 57,2 bilhões, muito próximo ao estoque de R\$ 58,5 bilhões em 2018.

* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<http://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/publicacao-2019-02-20-8607791904>

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º Bimestre de 2019

Brasil – 2018/2019 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes

Resultado da Avaliação do 5º Bimestre (R\$ bilhões)			
Discriminação	Avaliação Extemporânea de Nov.	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Total	1.629,7	1.634,6	4,9
1.1 Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS)	945,7	946,1	0,3
1.2 Receitas Não Administradas pela RFB	271,0	276,7	5,8
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	413,1	411,9	-1,2
2. Transferência por Repartição de Receita	288,1	290,3	2,2
3. Receita Líquida (1) - (2)	1.341,6	1.344,4	2,8
4. Despesas Primárias*	1.463,8	1.459,4	-4,5
4.1. Benefícios Previdenciários	631,0	629,3	-1,6
4.2. Pessoal e Encargos Sociais	318,8	318,8	0,0
4.3 Outras Desp. Obrigatórias	208,5	205,5	-3,0
4.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira*	305,6	305,8	0,2
Obrigatórias com Controle de Fluxo	144,2	144,3	0,2
Discricionárias	161,4	161,4	0,0
5. Resultado primário* (3) - (4)	-122,2	-115,0	7,2
6. Meta Fiscal	-139,0	-139,0	0,0

Memo:	Avaliação Extemporânea de Nov.	Avaliação 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Despesas Sujeitas ao Teto*	1.404,0	1.397,1	-6,9
Limite EC 95	1.407,1	1.407,1	0,0

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º Bimestre de 2019 indica a possibilidade de **execução de despesas discricionárias no montante de R\$ 161,4 bilhões**, dos quais R\$ 34,6 bilhões serão destinados ao pagamento da Petrobras (cessão onerosa).

A reavaliação do 5º bimestre elevou a previsão da receita líquida em R\$ 2,8 bilhões.

Na despesa, as principais reduções foram:

- Benef. Previdenciários (- R\$ 1,6 bilhões) e
- Subsídios e subvenções (- R\$ 3,6 bilhões).

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2018



R\$ 1.284.776.897.036,58

Limite para 2019



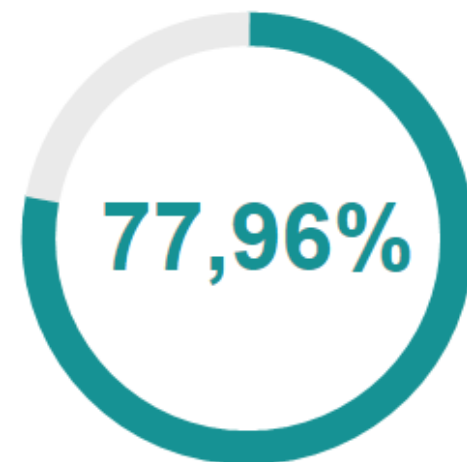
R\$ 1.407.052.612.991,00

Pagamento acumulado em 2019



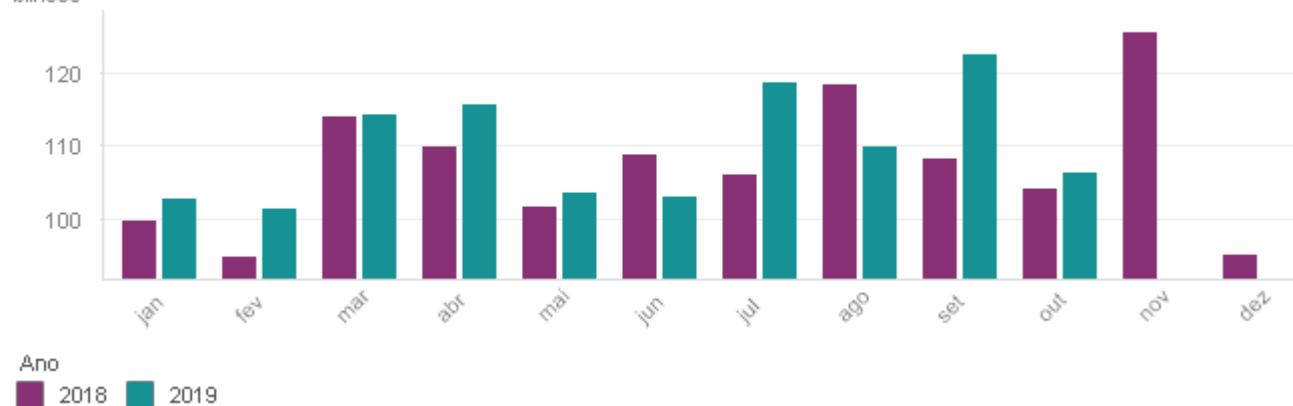
R\$ 1.097.002.086.756,72

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)

bilhões



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2019	PLOA 2019 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.097.002	1.407.053	78,0%
II.1 Poder Executivo	1.047.818	1.343.213	78,0%
II.2 Poder Legislativo	9.477	12.419	76,3%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.462	6.040	73,9%
II.2.2 Senado Federal	3.414	4.329	78,9%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.601	2.050	78,1%
II.3 Poder Judiciário	34.153	44.447	76,8%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	537	701	76,6%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.131	1.494	75,7%
II.3.3 Justiça Federal	8.808	11.369	77,5%
II.3.4 Justiça Militar da União	415	543	76,5%
II.3.5 Justiça Eleitoral	5.695	7.486	76,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	15.345	19.963	76,9%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.098	2.669	78,6%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	123	222	55,5%
II.4. Defensoria Pública da União	421	576	73,1%
II.5 Ministério Público da União	5.134	6.398	80,2%
II.5.1 Ministério Público da União*	5.067	6.309	80,3%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	67	89	75,2%

*Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2019.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Out		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA*)
	2018 (a)	2019 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.064.438	1.097.002	3,1%	9,3%
II.1 Poder Executivo	1.018.148	1.047.818	2,9%	9,3%
II.2 Poder Legislativo	8.845	9.477	7,1%	11,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.188	4.462	6,5%	14,2%
II.2.2 Senado Federal	3.170	3.414	7,7%	8,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.486	1.601	7,7%	9,7%
II.3 Poder Judiciário	32.200	34.153	6,1%	9,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	470	537	14,2%	17,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.068	1.131	5,8%	10,1%
II.3.3 Justiça Federal	8.330	8.808	5,7%	8,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	387	415	7,2%	7,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	5.347	5.695	6,5%	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	14.555	15.345	5,4%	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.942	2.098	8,0%	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	100	123	23,6%	38,9%
II.4. Defensoria Pública da União	430	421	-2,1%	11,7%
II.5 Ministério Público da União	4.815	5.134	6,6%	5,7%
II.5.1 Ministério Público da União*	4.756	5.067	6,5%	5,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	59	67	13,7%	17,6%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2019, na comparação com a despesa paga 2018, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **despesa paga e o limite em 2018** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2019**.

*Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2019.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Painel da Regra de Ouro da UNIÃO

Selecione o mês
de referência

out/19

% da despesa coberta com
receita considerada



Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ -97,3

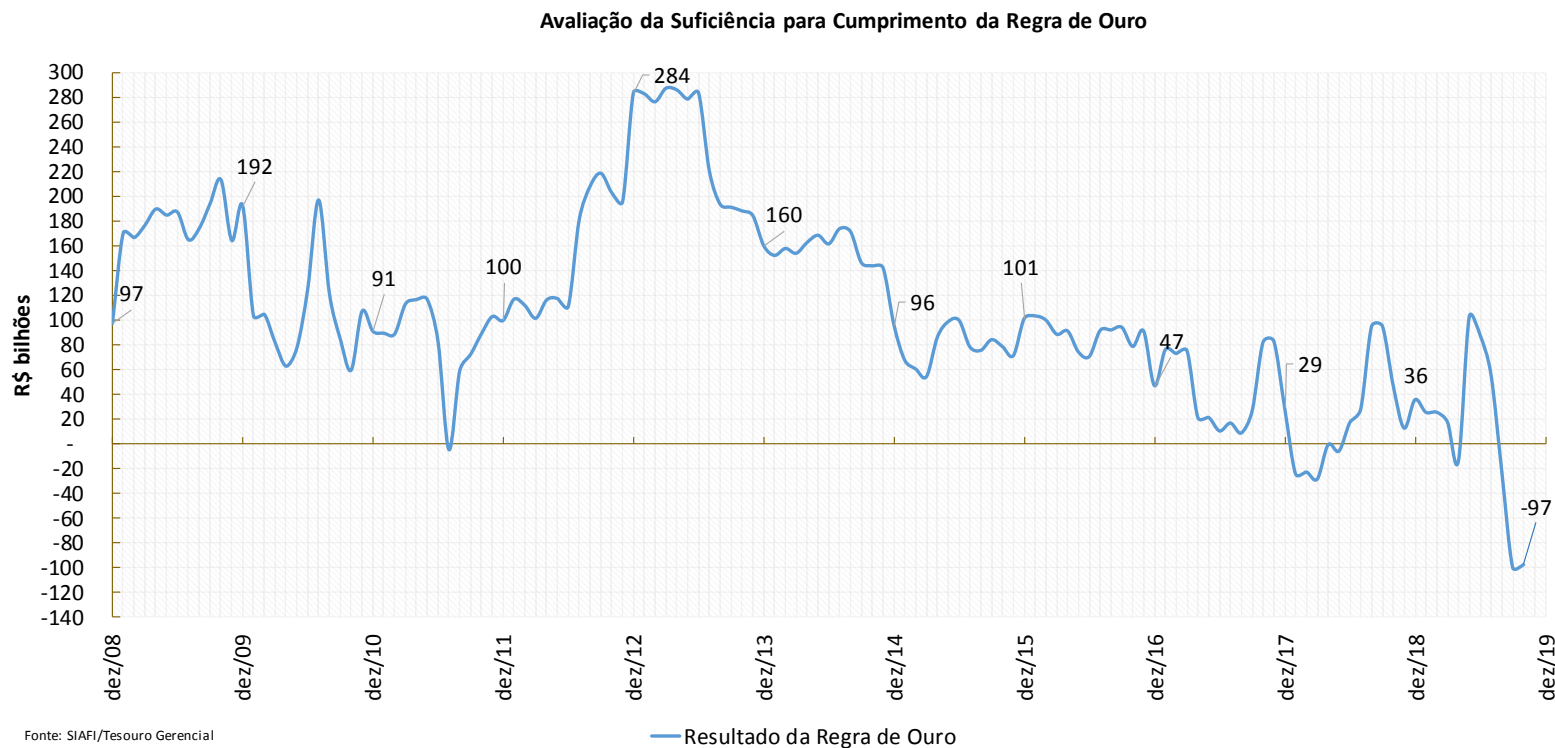
Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	139,3	852,1	788,2
Receita Considerada	136,6	880,3	949,4
Receitas de Operações de Crédito	59,6	813,3	910,9
(-) Variação na subconta da dívida	-77,0	-67,1	-38,5
Resultado	2,7	-92,2	-97,3
Ressalva Constitucional	45,3	112,9	112,9

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2019: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial.

No acumulado em 12 meses até outubro/2019, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 97,3 bilhões**.

Ressalta-se que neste valor não foram considerados os créditos suplementares pagos, aprovados por meio da Lei nº 13.843/2019 (pagamento até outubro: **R\$ 112,9 bilhões**; aprovação: R\$ 248,9 bilhões).

O cumprimento da Regra de Ouro é verificado em bases anuais no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2019/ 2020 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	2019	2020	
		Sem superávit financeiro	Com superávit financeiro*
Despesas de Capital (I)	834,3	1.009,4	1.009,4
Investimentos	26,1	19,5	19,5
Inversões Financeiras	71,7	79,0	79,0
Amortizações	736,5	910,9	910,9
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b)	1.050,1	1.371,4	1.138,8
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	995,2	1.197,9	1.197,9
Variação da Sub-conta da Dívida (b)	-54,9	-173,5	59,1
Margem da Regra de Ouro (III = I - II)	-215,8	-362,0	-129,4
Ressalva Constitucional PLN 4/19 (c)	248,9		
Margem após a ressalva constitucional (d = III + c)	33,1		

* Previsão de superávit financeiro de 2018 e 2019 a ser utilizado no pagamento de despesas em 2020 (detalhamento abaixo). O superávit a ser transposto para 2020 poderá ser menor caso haja alterações nos cenários de despesas de capital ou frustração em fontes de receitas de 2019.

Previsão de superávit financeiro	2020
52 - Resultado Banco Central*	162,6
59 - Retorno OC (BNDES etc.)**	70,0
Total	232,6

* Inclui parcela referente ao resultado recebido em 2018 (R\$ 141,2 bilhões) e parcela referente ao resultado recebido em 2019 (R\$ 21,4 bilhões).

** A devolução antecipada do BNDES em 2019 totaliza, até o momento, R\$ 100,00 bilhões, dos quais R\$ 30,00 bilhões foram utilizados no próprio exercício.

A **projeção** atual mostra um **equilíbrio na margem** para o cumprimento da Regra de Ouro em 2019.

A **aprovação do crédito suplementar** por meio da Lei nº 13.843/2019 (referente ao PLN Nº 04/2019) torna possível a utilização de fontes superavitárias como o resultado do Banco Central e o retorno antecipado do BNDES para cobertura parcial da insuficiência da margem da Regra de Ouro em 2020.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

Boxe 1 - Principais diferenças entre MEFP 1986 e o MEFP 2014

Quesito	GFSM 1986	GFSM 2014
Tipo de registro	Caixa	Competência
Investimentos	Despesa	Os investimentos não são considerados gastos no resultado operacional porque não afetam o patrimônio líquido; o consumo de capital fixo é considerado gasto.
Abrangência do Governo Central	Orçamentário + Banco Central	Orçamentário + Extra Orçamentário (FGTS e PIS/PASEP). Não inclui Banco Central.
Previdência em regime próprio (RPPS)	Fluxo de receitas e despesas do período	Fluxo de receitas e despesas e provisão de pagamentos (contribuição imputada)
Harmonização com outros sistemas	Não há	SNA 2008, BPM6 e IPSAS

Boxe 1 - Principais diferenças na despesa entre MEFP 1986 e 2014: 2018 - % PIB

	MEFP 2014	RTN (MEFP 1986)	Diferença
Juros¹	9,0%	4,5%	4,5%
FGTS²	2,0%	-	2,0%
Patronal Intra³	1,2%	-	1,2%
Patronal Imputada⁴	1,4%	-	1,4%
TOTAL	13,6%	4,5%	9,1%

1. RTN: Governo Central com Banco Central. Refere-se a juros líquidos (despesas menos receitas). MEFP 2014: Governo Geral sem Banco Central. Refere-se a juros brutos (despesas).

2. Governo Central Extraorçamentário.

3. Governo Geral.

4. Governo Central – RPPS.

Boxe 2 - Estatísticas Fiscais do Governo Geral MEFP 2014: resultados do 1º Semestre/2019 - Dados em % do PIB

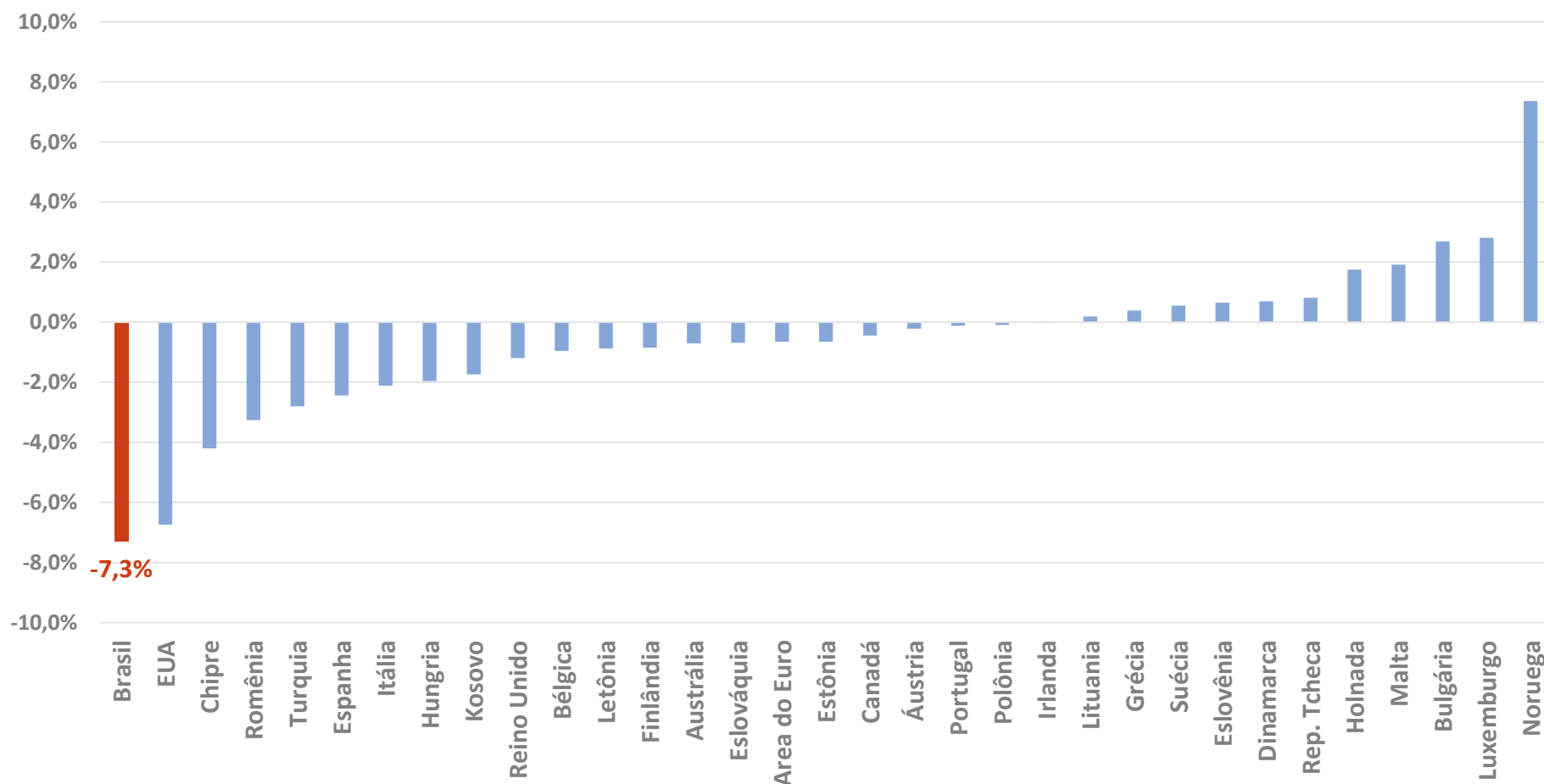
- *Melhora o desempenho fiscal do Governo Geral no primeiro semestre de 2019, concentrada principalmente em Estados*
- *Avanço das receitas foi principal responsável pela melhora*
- *O crescimento da despesa do Governo Geral concentrou-se basicamente na esfera municipal*
- *Investimento líquido de consumo de capital fixo segue negativo em todas as esferas de governo*
- *Expressivo declínio na conta de juros contribuiu para queda na necessidade de financiamento do Governo Geral, especialmente do Governo Central*

Indicadores Fiscais do Governo Geral - 1º Semestre - % PIB

	2018	2019	Variação
Resultado operacional primário	0,49%	0,78%	0,30%
Receita operacional primária	39,41%	39,88%	0,47%
Despesa operacional primária	38,92%	39,10%	0,18%
Investimento líquido	-0,59%	-0,75%	-0,17%
Necessidade (-) / capacidade (+) líquida de financiamento	-5,89%	-4,09%	1,80%

Boxe 2 – Comparação Internacional da Necessidade (-) / Capacidade (+) de financiamento do Governo Geral: Acumulado em 4 trimestres até 1º trimestre de 2019 – % do PIB

Necessidade (-) / Capacidade (+) de financiamento do Governo Geral –
Acumulado em 4 trimestres até 1º trimestre de 2019 – % do PIB



Foi publicado o boletim “Aspectos Fiscais do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial”

Aspectos Fiscais do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	
Introdução	1
Evolução dos gastos entre 2009 e 2018	2
Dinâmica do mercado de trabalho e suas implicações sobre o Abono e o Seguro-Desemprego	3
A reforma do Abono Salarial e do Seguro-Desemprego	4
Focalização e eficácia do Abono Salarial	5
Projeção da despesa de Abono Salarial e Seguro-Desemprego	6

 TESOURO NACIONAL Ministro da Economia Paulo Roberto Nunes Guedes Secretário-Executivo do Ministério da Economia Marcelo Pacheco dos Guimarães Secretário Especial da Fazenda Waldery Rodrigues Júnior Secretário do Tesouro Nacional Mansueto Facundo de Almeida Júnior Secretário Adjunto do Tesouro Nacional Otávio Ladeira de Medeiros Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal Pedro Jucá Maciel Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF Rafael Cavalcanti de Araújo Alex Pereira Benício Equipe Técnica Camila Cavalcante Guilherme Ceccato Jorge Ávila Luciana Toldo Rodrigo Luz Arte Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional) Projeto Gráfico e Diagramação - Viviane Barros e Hugo Pullen Informações Telefone (061) 3412-1843 Correio eletrônico asco@tesouro.gov.br Disponível em: www.tesouro.gov.br É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Última alteração: 27/11/2019

- O estudo pode ser acessado por meio do endereço: <http://tesouro.gov.br/-/relatorio-do-tesouro-analisa-a-evolucao-do-gasto-com-abono-salarial-e-seguro-desemprego-desde-2009>



Plataforma Online de pagamentos do **Tesouro Nacional**

Maior agilidade para a GRU

Compensação instantânea

Menos burocracia e mais eficiência



SECRETARIA ESPECIAL DE
FAZENDA

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

	Valores Correntes					
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	out/16	40.872,1	out/08	95.851,9	out/11	100.841,8
2º	out/08	14.867,3	out/11	85.778,0	out/08	92.303,6
3º	out/11	11.406,1	out/10	62.827,3	out/10	75.410,9
4º	out/09	11.234,9	out/12	62.058,0	out/12	68.171,0
5º	out/07	9.878,0	out/07	61.198,7	out/07	55.071,5
6º	out/18	9.508,7	out/05	55.404,3	out/05	54.385,5
7º	out/12	9.420,6	out/06	54.875,3	out/13	52.342,2
8º	out/19	8.673,4	out/04	50.360,2	out/06	52.144,2
9º	out/10	7.717,7	out/03	42.676,1	out/04	46.764,2
10º	out/06	6.850,4	out/02	33.748,5	out/03	40.504,8
11º	out/05	5.853,2	out/13	29.412,2	out/02	29.690,6
12º	out/17	5.073,3	out/09	26.852,9	out/14	25.502,8
13º	out/13	4.928,4	out/01	25.795,0	out/01	25.099,7
14º	out/04	4.741,9	out/00	21.677,5	out/99	22.333,5
15º	out/03	4.327,5	out/99	21.334,3	out/00	20.507,6
16º	out/02	3.797,3	out/98	6.577,8	out/98	5.252,5
17º	out/14	3.021,4	out/97	3.126,0	out/09	2.439,4
18º	out/01	2.381,0	out/14	-17.244,1	out/15	-43.992,3
19º	out/00	1.025,2	out/15	-37.754,0	out/18	-92.024,3
20º	out/99	505,9	out/16	-60.362,1	out/19	-111.761,0
21º	out/97	-769,3	out/19	-63.795,6	out/16	-143.110,3
22º	out/98	-1.467,5	out/18	-72.255,8	out/17	-205.406,5
23º	out/15	-13.189,8	out/17	-104.493,0		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de out/19

R\$ Milhões - Valores de out/19 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	out/16	44.956,7	out/08	178.382,3	out/08	171.655,3
2º	out/08	27.039,7	out/11	135.798,5	out/11	160.449,1
3º	out/09	19.616,0	out/07	120.239,9	out/10	127.624,2
4º	out/07	19.117,0	out/05	117.602,4	out/05	115.415,2
5º	out/11	17.697,9	out/04	114.577,2	out/07	107.987,7
6º	out/12	13.861,8	out/06	111.369,4	out/04	106.173,8
7º	out/06	13.803,3	out/10	105.755,5	out/06	105.747,3
8º	out/10	12.809,6	out/03	103.458,5	out/12	103.075,5
9º	out/05	12.178,9	out/02	94.287,0	out/03	97.948,8
10º	out/04	10.494,5	out/12	93.650,9	out/02	82.598,3
11º	out/02	10.236,7	out/01	77.902,6	out/99	77.028,1
12º	out/03	10.234,8	out/99	73.459,4	out/01	75.766,9
13º	out/18	9.740,1	out/00	69.830,2	out/13	75.361,6
14º	out/19	8.673,4	out/09	47.604,9	out/00	65.995,5
15º	out/01	6.960,9	out/13	42.140,9	out/14	36.957,1
16º	out/13	6.851,8	out/98	23.637,6	out/98	18.812,0
17º	out/17	5.433,5	out/97	11.647,3	out/09	3.463,6
18º	out/14	3.941,0	out/14	-21.972,0	out/15	-52.915,1
19º	out/00	3.212,5	out/15	-44.809,9	out/18	-95.897,1
20º	out/99	1.690,7	out/19	-63.706,9	out/19	-112.893,8
21º	out/97	-2.820,6	out/16	-67.450,2	out/16	-163.966,1
22º	out/98	-5.272,1	out/18	-74.882,5	out/17	-223.372,3
23º	out/15	-15.650,3	out/17	-112.778,5		